

## **O PNE 2014 – 2024- UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO- IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR**

*Simeri de Fatima Ribas Calisto*

*Maria de Fátima Rodrigues Pereira*

Eixo 4–Estado e Política Educacional

Agência Financiadora: Capes

Observatório Educação do Campo

### **Resumo**

O Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, Lei n. 13. 005/2014, na II Diretriz exarou sobre a *Universalização do atendimento escolar* que somada à V Diretriz sobre a *formação [é] para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade*, impõe considerações às políticas de nucleação e fechamento das escolas situadas no campo. Esta comunicação relata o processo de nucleação destas no município de Araucária, remete para à resistência ao fechamento de escolas e remoção de seus alunos para outras distantes de suas casas, obrigando-os a percorrer dezenas de km por dia, por estradas e veículos perigosos, ausência de educadores nesses trajetos. Justifica-se o estudo para desvelamento desse processo. O objetivo é a defesa do direito das populações do campo à educação escolar com qualidade em todos os níveis da Educação Básica e Superior. Recorre-se a pesquisa acadêmica de Tibucheski, ao estudo da Lei Municipal n. 771/1991, ao Plano Municipal de Educação de 2008 (versão preliminar), às Diretrizes Curriculares de Araucária de 2012, à Resolução CNE n 01 de 2002 sobre às Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo e à Resolução n. 2 de 2008. Pretende-se contribuir ao cumprimento do PNE/2014 a 2024.

**Palavras- chave:** nucleação, educação do campo, políticas educacionais, PNE

### **Introdução**

O Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, Lei n. 13. 005 de 25 de junho de 2014, em sua II Diretriz exarou, para vinte anos de sua vigência, a *Universalização do atendimento escolar*. Considerando-se a V Diretriz que reza que a *formação [é] para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade*, o PNE impõe considerações às políticas de nucleação e fechamento das escolas situadas no campo,

nomeadamente no que diz respeito ao transporte de alunos em condições precárias: longos percursos, veículos velhos sem manutenção e ausência de educadores que orientem os estudantes. Este estudo tem como lócus de investigação o município de Araucária, Estado do Paraná, constitui-se em estudo de caso, como expressão do que acontece em tantos outros municípios onde o fechamento das escolas do campo tem sido efetivado nos últimos anos.

Inicialmente aborda-se o fechamento e nucleação das escolas situadas no campo. Recorre-se, para tal à produção acadêmica referente à nucleação das escolas do campo nomeadamente, de Tibucheski e implicações à expansão e condições do transporte escolar. Também, realiza-se estudo dos seguintes documentos: Lei Municipal n.771/1991, o Plano Municipal de Educação de 2008 (versão preliminar) e as Diretrizes Curriculares de 2012 do município de Araucária, Ainda, fazem-se apontamentos sobre a concepção de Educação do Campo expressa nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que apontam para o que ficou disposto no PNE 2014/2024. Entende-se que os documentos oficiais e a produção acadêmica expressam princípios que fundamentam as políticas públicas para a educação escolar brasileira de populações do campo, nomeadamente, para o estudo em pauta. Após, estudam-se as Diretrizes II e IV do PNE/2014/2024 e suas implicações para a garantia da universalização e qualidade da educação. Intenta-se colaborar com a formulação e implementação das políticas de educação do campo conforme o exarado no PNE 2014/2024.

### **Escolas no campo do Município de Araucária/PR: 1930 a 1990: realidades sociais, formação e trabalho das professoras**

A Rede Municipal de Ensino de Araucária iniciou sua organização na década de 1930, quando foram construídas 20 escolas isoladas, todas na zona rural, onde concentrava-se a população. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, houve um processo de expansão destes estabelecimentos de ensino chegando a um total de 41, ou seja, em todas as comunidades rurais foi construída uma escola.

Na década de 1970, o município passou a ter características urbanas e industriais, tornando-se importante pólo industrial da Região Metropolitana de Curitiba. A partir desse contexto, sob o argumento desse êxodo rural, a Secretaria Municipal de Educação optou pela nucleação das escolas situadas no campo. Sobretudo, da década de 1990 para cá foram fechadas e nucleadas escolas de maneira que restam apenas 06 escolas no campo, onde trabalham 152 professores.

Entende-se que as políticas públicas para as escolas situadas no campo em Araucária refletem políticas gerais, mas também apresentam singularidades que se destacam neste texto.

Retome-se, conforme o exposto no texto referente à Educação do Campo que integra as Diretrizes Curriculares Municipais de 2012, que na década de 1930 a Rede Municipal de Ensino de Araucária era formada por 20 escolas isoladas, pois a característica do município era ser estritamente rural.

Também, que, nas décadas de 1930, 1940, e 1950, a Rede Municipal de Araucária dobrou o número de unidades de ensino chegando a um total de 41 escolas isoladas, (como já dito anteriormente neste texto).

Aponte-se que essas escolas existiram com grandes dificuldades, faltavam-lhes condições objetivas importantes ao ensino-aprendizagem como professores formados, materiais pedagógicos, consideráveis meios de mobilidade. Em sua maioria as escolas estavam isoladas e suas professoras eram leigas, mesmo assim fazendo, certamente, o seu melhor.

Considere-se, ainda, que o tempo de estudo dos alunos era escasso face ao trabalho que tinham que fazer nas unidades produtivas familiares.

Mesmo assim, lá estavam 41 escolas.

A criação dessas primeiras unidades escolares, na década de 1930 deu-se em acordo com as políticas do Estado Novo que pretendeu levar instrução pública para as populações que viviam no campo.

À época vigiam princípios educacionais segundo o “Ruralismo Pedagógico” que assentava seus pressupostos na “exaltação das vantagens ‘naturais’ da vida rural” (NAGLE, 2001, p.40) e em “interesses contrariados pelo meio citadino” (IDEM). O Ruralismo Pedagógico imbricou-se, no período considerado, com a ideologia do nacionalismo e defesa da “exaltação da terra e da gente brasileira” (IDEM, p.302), propunha combate ao êxodo rural, fixação do homem no campo, seu ajuste ao trabalho rural. Entendia-se, também, segundo esse ideário, que a expansão da educação escolar entre as populações do campo colaboraria na consolidação do estado e da nação brasileira, face à presença de tantas culturas e etnias em decorrência da vinda de imigrantes e da presença das escolas étnicas para atenderem à educação dos seus filhos.

O Ruralismo Pedagógico, nas suas especificidades não deixava de acompanhar teses próprias do “entusiasmo pedagógico” e do “otimismo pedagógico”. Estes ideários expandiram-se no seio do movimento escolanovista a partir da década de 1920, defenderam a escolaridade como mola propulsora de superação dos atrasos educacionais do Brasil, incluindo a expansão da oferta de educação escolar às populações do campo entre as quais prevaleciam elevados índices de analfabetismo.

As escolas no campo, no município de Araucária, eram multisseriadas e atendiam aos alunos dos anos iniciais do hoje ensino fundamental. Entende-se que esse atendimento escolar na zona rural, estava de acordo com o contexto histórico e finalidades da escola para as populações cuja produção da vida se dava no campo caracterizada, quase que exclusivamente, pela na atividade agrícola. Esta realidade começou a mudar a partir da década de 1970 com a intensificação do processo de urbanização, industrialização e processos produtivos.

Efetivamente, escolas no campo no município de Araucária, até à década de 1970, atendiam, portanto, aos filhos dos pequenos produtores que se dedicavam à agricultura, uma maioria de pequenos proprietários de terras e de produtos de subsistência. Mas essa vida foi alterada e dificultada pela produção agrícola em larga escala, o trabalho integrado submetido à grande indústria a exemplo da produção de fumo, erva mate e de frangos o que se acentuou da década de 1990 para cá.

As famílias, entretanto, naquele contexto, sobretudo anterior à década de 1970, consideravam fundamental que os filhos frequentassem a “escolinha”, colaborando para que tal acontecesse. Nesse sentido, procuravam da melhor maneira organizar-se tanto nas atividades domésticas, quanto no plantio e colheita na propriedade rural para que os filhos, sempre que possível, fossem à escola.

As professoras que trabalharam nas escolas rurais isoladas relatam que os alunos chegavam à escola por volta dos sete anos, bastante ansiosos, pois, este era o primeiro acesso à linguagem escrita e à matemática. As famílias não eram letradas e a escola se constituía na porta de entrada para leitura e a escrita.

As professoras das escolas rurais isoladas, nesse período, eram basicamente leigas, como já dito neste texto. A dificuldade das professoras para atuarem nas escolas isoladas levou a administração pública do município, em diversos momentos, a lotar as escolas com professoras que haviam apenas concluído seus estudos de 1ª a 4ª série.

A formação das professoras para o ensino primário, até à Lei 5.692/71, era feita nas Escolas Normais. Frequentemente as professoras que atuavam nas escolas rurais conciliavam o ofício da docência através de contratos temporários, com os estudos na Escola Normal. As metodologias de ensino nas escolas rurais dependiam das escolhas e da lavra das professoras, fazia-se formação em serviço, como ainda acontece hoje em muitos municípios brasileiros.

As capacitações oferecidas pela SMED nas décadas de 1970 e 1980, conforme Tibucheski, atendiam, também, ao intuito da possibilidade de contratos menos precários para o exercício da docência nas escolas multisseriadas e em outras.

A jornada de trabalho das professoras levava em conta as possibilidades de ensino-aprendizagem com os seus alunos na relação com o tempo de trabalho nas lavouras, pois as famílias precisavam, principalmente em tempos de preparo dos campos, sementeiras e colheitas, de todos os seus membros, incluindo as crianças, o que coloca a questão da relação da escola com o trabalho produtivo. Para as professoras era importante esta compreensão para a organização do dia a dia dos alunos, assim, procuravam conciliar o calendário escolar com o do trabalho nas terras da família.

A Secretaria Municipal de Educação de Araucária implementou políticas de incentivo à atuação das professoras nas classes multisseriadas, estabelecendo um adicional de 10% nos salários para as professoras trabalharem nessas classes, medida que por si só não resolveu o difícil problema do deslocamento e condições de trabalho nas “escolinhas”.

As capacitações oferecidas pela SMED, nas décadas de 1970 e 1980, a maioria em serviço, restringiam-se a “reuniões pedagógicas, cursos de reciclagem e informes sobre projetos da Secretaria” (TIBUCHESKI, 2011, p.113). A pouca oferta de formação era agravada pela distância das escolas, as professoras não tinham asseguradas as condições para se deslocarem até o centro de Araucária a fim de participarem das atividades de formação.

As características físicas das escolas isoladas de Araucária eram de construções de madeira com uma ou duas salas, dois banheiros, refeitório e pátio para atividades de recreação. A manutenção dessas escolas cabia às comunidades e contava com escassas verbas da Fundação de Educação do Paraná (FUNDEPAR). A escola pública brasileira, desde suas primeiras experiências, encarregou os pais pela manutenção da educação de seus filhos.

As escolas rurais de Araucária, apesar de sua singularidade, desde sua criação até a década de 1990 quando do processo de nucleação, existiram, ainda que com algumas iniciativas locais, grosso modo, conforme as políticas governamentais tanto aquelas de âmbito nacional quanto estadual, realidade que sugere que este estudo pode ser comparado com o que se passa em outras regiões do país. Nesse sentido, pode se apontar que, inicialmente, a merenda escolar era originária da horta da escola e da comunidade, “somente o governo Paulo Pimentel em 1970, instituiu a merenda escolar como política pública” (TIBUCHESKI, 2011, p.116).

A professora na escola multisseriada dividia-se entre as tarefas de ensinar e fazer a merenda, algumas vezes alunas da 4ª série assumiam esta última. O acesso às escolas isoladas representava um desafio, os caminhos eram difíceis, as professoras tinham que caminhar quilômetros até chegar a essas unidades de ensino. Não havia qualquer política pública de deslocamento para docentes.

A continuidade de estudos após a 5ª série só era possível aos filhos das famílias que pudessem custear o transporte ou mudassem suas residências para cidade.

[...] Na época de 1970 o transporte era muito precário. O aluno que quisesse estudar a 5ª série precisava ir até o asfalto, na rodovia e pegar outra condução. Quando comecei a trabalhar na Escola Isolada Picheth, somente uma família se dispunha a levar os filhos, o dono da fábrica de palhões. Mas o restante da comunidade ficava mesmo sem estudo, pois a outra opção era mudar para a cidade (TIBUCHESKI, 2011, p. 118).

Os alunos das escolas isoladas de Araucária sofriam com essa realidade que lhes dificultava prosseguirem seus estudos no ensino fundamental, fenômeno nacional que permanece em algumas localidades brasileiras até os dias atuais. O pensamento dos governantes na época era que os trabalhadores das áreas rurais não necessitavam avançar para além da 4ª série.

As escolas multisseriadas de Araucária tinham a característica de agregar em média 20 alunos na mesma sala, o lugar que cada estudante ocupava era da decisão da professora, mas “predominava organizar os alunos por filas e série e dividir o quadro em quatro partes. Os alunos nas classes de alfabetização, contavam com um maior período de atendimento das docentes” (TIBUCHESKI, 2011, p.119).

A professora dispunha de escassos recursos didáticos e organizava suas exposições segundo uma pedagogia tradicional, não utilizando atividades lúdicas para motivar os alunos. Uma prática recorrente das professoras era solicitar aos alunos mais velhos e com melhor aproveitamento escolar, a ajudarem os colegas que estavam iniciando ou com dificuldades, reminiscências do método mútuo. As dificuldades de aprendizagem eram resolvidas por cada escola, pois não havia apoio externo.

A organização do planejamento, nesse período, ficava na alçada, quase exclusiva das professoras, embora a SMED organizasse reuniões mensais para determinar linhas gerais a serem seguidas. Para as comunidades as boas professoras eram aquelas que exigiam mais dos alunos em conhecimento e obediência das normas.

Os principais materiais didáticos utilizados pelas professoras na organização das aulas era o livro didático e o quadro-negro; os alunos de terceiras e quartas séries copiavam atividades do livro didático e de primeira e segunda série copiavam atividades do quadro. As famílias tinham dificuldades para a aquisição de livros, o que era por vezes resolvido com a produção de apostilas disponibilizadas aos alunos e confeccionadas nas reuniões com a inspetoria.

O processo de produção das apostilas foi objeto de várias críticas por parte das professoras que se dedicavam a esse trabalho, pois, lhes cabia realizar a pesquisa, organizar as atividades e dispor o material produzido, porém, seus nomes não apareciam como autoras no material impresso, apenas constavam os da equipe da Secretaria.

O processo de avaliação era realizado por banca externa. Uma professora relata,

[...] A avaliação era anual e era feita por uma banca examinadora vinda da cidade de Araucária, a inspetoria de ensino. Os professores eram encarregados de dar o suporte do dia da avaliação, inclusive o almoço, que nesse dia era bem caprichado. [...] O resultado era publicado pela prefeitura em um jornal, não lembro qual o nome, sei que era da prefeitura. O nome das professoras era citado dizendo quantos alunos foram aprovados e reprovados, causando pânico entre as professoras (TIBUCHESKI, 2011, p. 125).

Observa-se a existência de um processo de avaliação centralizado em que as professoras não tinham acesso anteriormente às provas, além de serem confrontadas, publicamente, com os resultados. As comunidades aguardavam ansiosamente estes períodos, torcendo pelo êxito dos alunos e professores.

As professoras e membros da comunidade aponta que as dificuldades das escolas, nesse período, eram enormes. Todavia as professoras demonstram “saúde” (IDEM), principalmente da relação de proximidade que as escolas tinham com a comunidade, seus processos de vida.

No contexto da década de 1990, com a intensificação da urbanização e face às reformas educacionais, a nucleação das escolas em curso foi consolidada, para tal, foram usadas estratégias políticas como as “reuniões de convencimento” e oferta de transporte escolar, como em seguida se explicita.

### **Políticas de Nucleação das Escolas do Campo em Araucária: contextos e apontamentos sobre nucleação, transporte escolar e organização do trabalho didático**

As primeiras experiências no Estado do Paraná de nucleação de escolas rurais ocorreram nos municípios de São José dos Pinhais em 1970, de Maringá, aprovadas pela SEED em 1976, de Francisco Beltrão em 1977. Nesses processos foi reduzido significativamente o número de escolas. Esta política produziu impactos nas comunidades rurais.

O município de Araucária contava na década de 1970 com 68% da população situada na zona rural e 32% na área urbana, nas décadas posteriores esta relação foi se invertendo: 91% da população passou a ocupar as áreas urbanas e 9% as áreas rurais. Segundo as Diretrizes Curriculares Municipais de 2012 (p.198) estas mudanças foram tomadas como justificativa da política do governo municipal para o fechamento de escolas situadas em zonas rurais.

O êxodo da população das áreas rurais e a baixa demanda por matrículas constitui-se argumento do governo municipal para reorganizar a oferta da educação escolar, reagrupar parte das escolas do campo e extinguir outras. Esta política implicou a nucleação das Escolas do Campo, processo em vigência nos diversos municípios do Estado do Paraná, incentivado pela SEED.

A política de nucleação das escolas rurais, aqui apontada, em termos estaduais e municipais implicou ajuste ao exarado pela Lei 5.692/71 no que se refere à obrigatoriedade de oferta de transporte e condições de acesso às escolas urbanas e rurais.

Faz-se necessário lembrar que a referida Lei foi aprovada no contexto da industrialização crescente no país, quando houve uma redução do número de alunos nas escolas rurais.

As primeiras políticas de reagrupamento das escolas, no município de Araucária, foram efetivamente postas em andamento a partir da década de 1990, como já dito neste texto.

De lá para cá, a SMED organizou um processo amplo de nucleação das escolas rurais, realizando, para tal, uma série de intervenções.

No ano de 1992, os alunos das escolas rurais de Mato Branco, Guajuvira de Cima, Palmital, Campo Redondo e Campo Tomaz passaram a frequentar a Escola Municipal João Sperandio na região de Rio Abaixo, os alunos da Colônia Ipiranga, Boa Vista Acima, Ipiranga, Camundá, Taquerava, Lagoa Suja, Formigueiro, Rio Abaixo, Campina das Pedras e General Lúcio passaram a ser atendidos na Escola Rural Municipal Rosa Pichet, na região Piguás do Guajuvira, e os alunos das escolas de Mato Dentro, Lavra e Fundo do Campo passam a frequentar a Escola Dom Pedro I, na região do Tietê, a mesma que na sequência veio a chamar-se Escola Rural Municipal Andreia Maria Scherreier Dias.

Ressalte-se que a região rural de Araucária é dividida em 41 comunidades e que a perda da escola pela comunidade teve repercussões na vida das famílias.

As escolas nucleadas para estudantes do ensino fundamental convivem com o fenômeno da dualidade administrativa; no turno da manhã atendem aos alunos de anos finais do ensino fundamental ofertado pelo Estado e no período vespertino aos estudantes dos anos iniciais que são da responsabilidade da prefeitura.

No prédio da Escola Municipal Edvino Nowak, também funciona a Escola Jocira Gurski, o prédio da Escola Municipal João Sperandio também abriga o Colégio Estadual Araucária, o prédio da Escola Municipal Professora Andrea Maria Scherreier Dias abriga a Escola Estadual Professora Ana Maria Vernick Kava e o prédio da Escola Municipal Professora Rosa Picheth também abriga a Escola Estadual Guajuvira.

Faz-se, ainda, necessário proceder a detalhamentos das implicações das políticas de nucleação das escolas na década de 1990, sobretudo para o transporte escolar o que se realiza seguida.

### **Política de Nucleação das Escolas no Campo: razões e aproximações com a Educação do Campo**

A gestão municipal que assumiu no período de 1991-1996, em Araucária, ao implementar a nucleação enfrentou resistências e desafios impostos pelos professores.

Efetivamente, ao mesmo tempo que era realizado o processo de nucleação das escolas, os professores reivindicavam estatuto do magistério, plano de carreira e concursos públicos.

O contexto histórico nacional e estadual, à época, era de ascensão do debate pedagógico, de reivindicações da categoria de professores em processo desde a década de 1980 na conjuntura de abertura política em curso após a ditadura de 1964-1985.

As comunidades rurais também participavam, demandavam transporte, para que seus filhos pudessem concluir o ensino fundamental. O governo que assumiu foi incorporando em suas políticas parte dessas solicitações e em sua gestão optou pela nucleação das escolas, dualidade administrativa, oferta de transporte escolar.

Em Araucária, segundo o secretário Arivonil que assumiu a Secretaria de Educação na gestão em pauta, as políticas de nucleação vieram acompanhadas além da oferta de transporte, da lotação de docentes e melhoria das instalações escolares. Segundo depoimento o referido secretário, buscou-se estabelecer uma política de paridade entre o atendimento das escolas rurais e urbanas, também com melhor planejamento educacional das escolas de nível fundamental para que a população do município fosse atendida a contento, mesmo sem apoio do governo do Estado.

O secretário quando entrevistado sobre o processo de consolidação das escolas rurais, destacou que o município durante esse período contava com um superávit de verbas municipais, portanto, havia condições econômicas para a efetivação da oferta de transporte. Face ao processo de nucleação, considerou-se como importante levar às escolas de algumas comunidades rurais o ensino fundamental e oportunizar o transporte escolar a alunos de outras comunidades que passaram a ser trazidos até às escolas urbanas para estudarem. Nesse processo, considerou-se que os estudantes auferiram ganhos em termos de qualidade educacional e como um todo para a educação municipal.

Além destas razões outras foram apresentadas: que as escolas rurais tinham muita dificuldade de lotação de professoras, também que as políticas de formação continuada propostas até esse período não sensibilizavam as professoras para práticas coletivas de planejamento, as professoras continuavam organizando suas aulas sozinhas.

A nucleação das escolas rurais foi, então, realizada naquela gestão, sob essas razões anteriormente explicitadas.

Nesse contexto, foi considerado desnecessário um amplo processo de consulta às comunidades atendidas, apenas buscou-se o parecer favorável do prefeito e garantiram-se os recursos na Lei Orçamentária do Município através da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991 e posteriormente em 1992.

Assim, em 1991 visou-se assegurar a

b) Implantação da escola consolidada, com vistas a minimizar a evasão escolar na primeira série, assegurando uma proposta pedagógica e fisicamente de modo mais sistemático as escolas rurais (LEI MUNICIPAL, 1991).

No ano de 1992, também houve previsão orçamentária para a consolidação das escolas rurais, pois havia o entendimento que para esse processo seriam necessários pelo menos dois anos.

Na Secretaria Municipal de Administração além da Lei de Diretrizes Orçamentárias desses dois anos, não existe, tanto quanto hoje se sabe, outro registro da forma como se deu este processo.

O processo de consolidação deparou-se com a existência de grande número de professoras leigas.

Os registros da Secretaria informam que as professoras que atuavam nas escolas multisseriadas, foram deslocadas para outros setores como as funções de limpeza dos prédios escolares e a merenda dos alunos, um processo difícil que seria melhor encaminhado com a oferta de formação docente.

Para a implantação da política de nucleação foram realizadas “reuniões de convencimento” com as comunidades conforme documentos que registram este processo na Secretaria Municipal de Educação, com equipes da secretaria, onde se destacavam os benefícios que as escolas nucleadas poderiam trazer às comunidades como: oferta do ensino de quinta a oitava série, melhor estrutura nas construções escolares, transporte escolar para todos e mais funcionários à disposição das escolas.

As reuniões que aqui chamamos de “reuniões de convencimento”, constituíram-se em estratégias políticas em se tratando da consolidação das escolas. A estratégia era de primeiro se fazer uma reunião com a comunidade, na escola, caso houvesse algum tipo de resistência, eram escolhidos alguns pais e convidados para outra reunião, só que desta vez na cidade, momento em que eram esclarecidas todas as dúvidas referentes ao processo até que esse grupo de pais fosse convencido a aceitar a proposta (TIBURCHESKI, 2011, p. 133).

A referida autora relata em seus estudos que uma das preocupações das comunidades foi a doação das “escolinhas”, as quais tornaram-se associações de agricultores, igrejas, postos de saúde, permanecendo como bens públicos na lógica do governo municipal.

Muitas vezes a comunidade discutiu o uso dessas escolas para fins privados, individuais, uma delas tornou-se casa de uma agente comunitária, além de outras estarem ainda sem uso, se deteriorando.

As comunidades ficaram efetivamente preocupadas com o transporte dos alunos, o qual tem sido garantido pelo poder público até os dias atuais.

Há questionamentos sobre o estado e condições de segurança dos veículos, tempo que os alunos levam para se deslocarem, gerando grandes dificuldades e ansiedades nas comunidades. No contexto anterior de existência das “escolinhas” estas situavam-se na própria comunidade, as crianças iam a pé, tudo se passava mais próximo das famílias.

No que diz respeito à merenda escolar, de forma unânime é considerada por todas as comunidades a melhoria do processo de distribuição e qualidade dos alimentos ofertados. A SMED terceirizou na década de 1990 este serviço, adquirindo os alimentos de uma empresa, porém, cabe às escolas organizar a distribuição e limpeza das instalações.

A consolidação das escolas situadas no campo, em Araucária, conforme demonstrado, estabeleceu-se num processo com avanços, apoios e desconfiças por parte das comunidades rurais. Entretanto, nas falas dos usuários da escola, dos profissionais da educação e demais servidores educacionais há reconhecimento de avanço para as escolas rurais que no contexto atual passam a se aproximar do debate impulsionado pelos movimentos sociais e a utilização da terminologia “Educação do Campo”.

A Educação do Campo, com a Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 abril de 2002 viu instituídas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estas foram posteriormente, complementadas com normas e princípios para o desenvolvimento da Educação Básica do Campo, através da Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008. Esta Resolução expressa em seu Art. 1º, que a “Educação do Campo compreende a Educação Básica em todas as suas etapas [...] e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas variadas formas de produção [...]”. Ainda, “terá como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica”.

É importante salientar que há aproximações, na Secretaria de Educação de Araucária com o campo teórico e prático da Educação do Campo com teses educacionais dos movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST- e Via Campesina que defendem o direito a uma formação integral dos povos do campo.

Os documentos da Secretaria Municipal de Educação do município de Araucária demonstram que, ao tempo em que se produz este texto, as matrículas dos alunos, na zona rural, atingem 8% do total da rede. O município de Araucária para referir-se às escolas situadas na zona rural, adota o termo Escola Rural Municipal, substituindo o uso do termo escolas isoladas, mudança em decorrência do que foi exarado pela Lei 5.69/71, fortalecido por Decreto-lei n. 469/91.

Tabela 1 - Total de alunos atendidos nas escolas públicas localizadas no campo em Araucária no primeiro semestre de 2016

<b>Escolas Municipais do Campo</b>	<b>Alunos</b>
Edvino Novak	129
Castelo Branco	87
Andrea Dias	196
João Sperandio	382
Rosa Picheth	462
Rui Barbosa	138
<b>TOTAL</b>	<b>1394</b>

Fonte: Smed/ 1º semestre de 2016

Os alunos destas escolas são atendidos por transporte escolar, cujas informações constam do site da Prefeitura, consideradas neste estudo. Lá diz que para atender as 06 Escolas do Campo, são percorridos 2451 km, por dia. Nesse dado não estão incluídos, ainda, os CMEI's. Neste contexto, os estudantes fazem percurso, cuja duração em média é de 1:30 hora para irem à escola e mais 1:30 hora para voltarem para suas casas. Assim, não se cumpre o exarado na Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014 intitulada: Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – e dá outras providências.

Ora, da referida Lei, para efeitos deste estudo considera-se além das Diretrizes já citadas, o que reza na estratégia 10 da Meta 1, nomeadamente para a educação do campo, que deve:

fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada (PNE, 2014).

O exposto autoriza as autoras desta comunicação a chamarem atenção para o descompasso entre a Lei do PNE e as políticas de fechamento e nucleação das escolas do campo, nomeadamente no Município de Araucária/Pr e a situação, em muitos casos grave, do

transporte escolar onde não está garantida a segurança física, psicológica e educacional de nossas crianças e jovens.

### **Considerações Finais**

Este estudo considera o PNE/2014-2024 no que concerne às Diretrizes II e IV que apontam para a universalização e qualidade da educação nacional, bem como o exarado nas metas 1, 2, 3, 4. Estuda a nucleação e consolidação das escolas do campo no município de Araucária implementadas nas últimas décadas, com consequências que levaram a grande expansão de transporte escolar em condições precárias; os estudantes, de diferentes idades, passam, diariamente, três horas dentro de ônibus velhos, sem manutenção, por estradas de chão e sem acompanhamento de educadores. Considera que estas políticas levadas a cabo no município de Araucária são paradigmáticas para tantos outros municípios brasileiros onde ocorreu a fechamento de escolas do campo.

No Estado do Paraná este processo vem se realizando desde a década de 1970, contexto de acelerada urbanização das populações, de seus trabalhos e da concentração da propriedade. Anteriormente àquela década o PR dedicava-se, predominantemente, a atividades agrícolas.

No município de Araucária no contexto das mudanças históricas, caracterizadas pela urbanização, já apontadas, o poder público municipal implementou, a partir da década de 1990, políticas de nucleação e consolidação das escolas situadas nas comunidades rurais, pois, no contexto das políticas educacionais da época, considerava-se, além de outras razões, a necessidade de replanejamento para a oferta de escola a essas populações, face à manutenção das escolas isoladas com baixo número de alunos.

A efetivação das políticas de nucleação e consolidação contou com as chamadas “reuniões de convencimento” feitas pela Secretaria de Educação do Município e as comunidades, nas quais a administração municipal apresentava que essa política se colocava no sentido de uma escola melhorestruturada, com possibilidades de atender todo o ensino fundamental. No entanto, não houve espaços para discutir em profundidade os impactos de tal política contando com a efetiva participação das comunidades.

Atualmente há aproximação da Secretaria de Educação do município de Araucária com os debates da Educação do Campo, que reconhece e defende uma educação segundo os interesses dos sujeitos que vivem no campo e do campo. Esta comunicação também aponta para a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre o transporte escolar.

Entende-se que há ainda necessidade de mais estudos desses processos de nucleação e consolidação das escolas situadas no campo para que se conheçam as políticas dos governos sejam eles municipais ou estaduais para a educação escolar das populações do campo. A finalidade é contribuir para os debates e a defesa dos direitos à educação das populações do campo e do PNE 2014 - 2024.

## Referências

**ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Educação, Diretrizes Curriculares Municipais. Araucária: 2012.**

\_\_\_\_\_. **Conselho Municipal de Educação, Parecer 07-2012.**

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Agricultura e indústria: a memória do trabalho em Araucária.** 2. ed.: Prefeitura Municipal de Araucária. [s.n.]. 86 p.; Il. – (Coleção história de Araucária, 1), 1997a.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Educação: Araucária construindo uma educação com qualidade social. Araucária.** Prefeitura Municipal de Araucária: 2008.

\_\_\_\_\_. **Mestres, alunos e escolas: a memória do ensino em Araucária.** Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária. 103 p.; Il.(Coleção História de Araucária, 3), 1997b.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil.** 2003. 221f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2003.

BRASIL, **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. In: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm).

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TIBUCHESKI, J. K. **Educação Rural no Município de Araucária/Paraná: De Escolas Isoladas as Escolas Consolidadas.** Dissertação de Mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, 2011.

